



**ESTATUTO
DA
ASSOCIAÇÃO
DOS
BIBLIOTECÁRIOS
E
PROFISSIONAIS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DO
DISTRITO FEDERAL**

**TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO**

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. A Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal, doravante designada ABDF, fundada em Brasília, Distrito Federal, em 18 de setembro de 1962, de duração indeterminada, é uma associação de classe sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, com número ilimitado de associados, com autonomia administrativa e financeira, e tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, situada à SHCGN quadra 702/703, bloco G, Edifício Coencisa, entrada 49, sobreloja 102, e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo único. A ABDF, no exercício de suas atividades de gestão, adotará a legislação brasileira de contabilidade, de gestão de patrimônio e transparência financeira, zelando pelos princípios da legalidade, da

impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, e da probidade administrativa.

Art. 2º. A ABDF terá sua atuação no Distrito Federal, podendo colaborar, mediante acordos firmados, com programações específicas, eventos técnicos e publicações realizados por outras associações semelhantes, instituições e cursos de formação do profissional, integrantes da iniciativa pública ou privada, em âmbito nacional e internacional.

§1º. A ABDF é filiada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), podendo, por decisão da diretoria, filiar-se à demais instituições da área, no âmbito nacional, regional ou internacional.

§2º. A ABDF não se manifestará e nem terá vinculação política partidária ou religiosa, respeitando assim, valores e interesses individuais dos seus associados.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO E FINALIDADE

Art. 3º. A ABDF tem como objetivo principal contribuir com a excelência dos serviços das bibliotecas, arquivos, museus e demais unidades de informação documental e bibliográfica, por meio de ações voltadas ao aperfeiçoamento, qualificação, valorização e reconhecimento do profissional, dignificando a classe e buscando sempre a melhoria na prestação de serviços dessas unidades de informação, em benefício da sociedade;

Art. 4º. A ABDF tem por finalidade:

I – Congregar seus associados;

II – Fomentar a troca de experiências, promovendo a capacitação e atualização, com ênfase na qualidade, na ética e no profissionalismo, buscando o crescimento individual e coletivo dos profissionais;

III – Estabelecer e manter cooperação, intercâmbio e parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, em ações que beneficiem a ABDF, e atendam ao interesse dos associados e objetivos da ABDF;

IV – Apoiar, coordenar e executar programas, projetos, atividades e serviços na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação;

V – Promover, organizar, apoiar, colaborar e gerenciar, inclusive financeiramente, a realização de cursos de formação, especialização, aperfeiçoamento ou atualização, congressos, seminários, conferências, palestras e demais eventos, de caráter técnico-cultural de interesse às áreas da informação e aos objetivos da ABDF;

VI – Prestar consultoria técnica, especializada e gerencial, de forma presencial e/ou à distância, em assuntos ligados à área da informação, educação, cultura, editoração, organização e preservação de acervos, implantação de unidades de informação, planejamento e execução de programas de formação, treinamento, e aperfeiçoamento profissional obedecidos os interesses dos associados e objetivos da ABDF;

VII – Editar, comercializar e divulgar livros e periódicos, em qualquer meio e tipo de suporte, pertinentes a todas as atividades de ensino, sociais e culturais relacionadas à Biblioteconomia e Ciência da Informação;

VIII – incentivar, apoiar e premiar trabalhos inovadores desenvolvidos por profissionais da informação voltados à melhoria da qualidade dos serviços de informação documental e bibliográfica, oferecidos à sociedade;

Art. 5º. A ABDF manterá a Revista Eletrônica da Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal, como instrumento de comunicação técnico-profissional entre seus associados e a sociedade.

CAPÍTULO III**DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS**

Art. 6º. O patrimônio da ABDF é constituído de bens móveis e imóveis escriturados em seu nome, e de quaisquer outros bens que venha a possuir sob as formas de doações, legados, aquisições, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza.

§1º. As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a aprovação da Assembleia Geral;

§2º. A contratação de empréstimos financeiros, seja em bancos, seja por intermédio de particulares, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral;

§3º. A alienação, venda ou permuta de bens, para aquisição de outros mais rentáveis ou mais adequados, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

Art. 7º. A receita da ABDF resulta de:

- I – Contribuições eventuais e periódicas dos Associados;
- II – Recursos provenientes de acordos, contratos, convênios ou parcerias;
- III – Venda de publicações;
- IV – Auxílios e subvenções;
- V – Doações;
- VI – Cursos e eventos.

§1º As contribuições periódicas de que trata o inciso I deste artigo serão efetuadas pelos associados descritos nos art. 11 e 12 e seus valores e condições serão fixados por meio de Portaria emitida pela Diretoria;

§2º As contribuições periódicas anuais terão vencimento no mês de janeiro e serão relativas ao exercício financeiro da ABDF, que coincide com o ano civil.



Art. 8º. O patrimônio e as receitas da ABDF somente poderão ser utilizados para a manutenção de seu objetivo e finalidade.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO DAS CATEGORIAS DE ASSOCIADOS

Art. 9º. O quadro social da ABDF é constituído das seguintes categorias de associados:

- I – Associado fundador ou remido;
- II – Associado efetivo;
- III – Associado estudante;
- IV – Associado honorário.

Art. 10. São considerados associados fundadores todos aqueles que assinaram a ata de fundação da ABDF, e remidos os fundadores que contribuíram, de uma só vez ou parceladamente, com importância em dinheiro.

Art. 11. Podem ser associados efetivos:

I – Os bacharéis em Biblioteconomia, os arquivistas, os museólogos e demais profissionais pós-graduados em Ciência da Informação possuidores das habilitações legais que confirmam estas especialidades;

II – Os trabalhadores que exerçam funções específicas de assistente, auxiliar ou técnico em Biblioteca, Arquivo, Museu ou Serviço de Documentação e de Informação.

Art. 12. Podem ser associados estudantes os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia ou Ciência da Informação, ou pós-graduação na área de Ciência da Informação.



00122516

Art. 13. Podem ser associados honorários as pessoas físicas ou jurídicas, indicadas pela Diretoria e aprovadas pela Assembleia Geral, que tenham prestado relevantes serviços e apoio à ABDF.

Art. 14. A admissão ao quadro social da ABDF será feita por solicitação do interessado à Secretaria mediante o preenchimento de ficha cadastral e o pagamento das contribuições fixadas pela ABDF.

Art. 15. Os associados da ABDF não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 16. São direitos dos associados:

I – Votar e ser votado nos órgãos deliberativos da ABDF, nos termos dos artigos 57 a 59 deste Estatuto;

II – Participar de eventos promovidos pela ABDF de conformidade com o Estatuto;

III – Propor à Diretoria, por escrito, a adoção de medidas que possam beneficiar a entidade e corpo social;

IV – Renunciar à condição de sócio;

V – Frequentar as dependências e gozar das comodidades e utilidades que a ABDF possa oferecer;

VI – Representar à Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal sobre fatos que conheçam e possam atentar contra o bom nome da ABDF.

Parágrafo único. Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos em Lei ou neste Estatuto.

Art. 17. São deveres dos associados:



00122516

I – Zelar pelo bom nome da ABDF e colaborar de forma permanente para a consecução dos objetivos sociais;

II – Efetuar o pagamento das anuidades e taxas fixadas pela ABDF, em observância ao § 1º do art. 7º deste Estatuto;

III – Cumprir os Estatutos, as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria;

IV – Informar a Diretoria sobre fatos que possam atentar contra o livre exercício das atividades da ABDF e seu conceito público, tão logo deles tome conhecimento;

V – Manter o endereço residencial e demais dados cadastrais sempre atualizados na Secretaria da Associação;

VI – Comunicar por escrito à Diretoria da ABDF sua renúncia à condição de associado.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 18. Os associados, qualquer que seja a categoria a que pertençam, serão destituídos automaticamente do quadro social da ABDF quando:

I – Deixem de cumprir suas obrigações de ordem financeira com a ABDF por mais de 1 (um) exercício financeiro;

II – Ofendam o bom nome e a dignidade da ABDF e de titulares dos cargos eletivos;

III – Prejudiquem o funcionamento regular da ABDF e dos órgãos sociais;

IV – Praticarem atos que sejam contrários aos fins da associação.

§1º. O associado destituído por atraso no pagamento das contribuições poderá requerer sua readmissão se, no ato da solicitação, saldar seu débito, que terá sua correção monetária e demais condições, fixadas em Portaria da Diretoria;



00122516

§2º. Os casos que se apliquem a exclusão motivada pelos incisos II, III e IV serão analisados pela Diretoria, e será assegurado ao associado direito a ampla defesa e contraditório, além de possibilidade de recurso que será apreciado pela Assembleia Geral.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS

Art. 19. São órgãos permanentes e deliberativos da ABDF:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal.

Art. 20. São órgãos auxiliares da ABDF:

I – Grupos de Trabalho;

II – Comitê Editorial da Revista Eletrônica da ABDF;

III – Comissões Especiais.



001022516

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLEIA GERAL E SEU FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 21. A Assembleia Geral, constituída pelos associados em dia com as obrigações sociais, é o órgão superior da ABDF, com poderes para deliberar sobre todas as suas atividades, em especial:

- I – Eleger o Presidente, o Vice-Presidente e demais membros da Diretoria;
- II – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
- III – Resolver os casos conflitantes entre os órgãos da ABDF;
- IV – Aprovar, alterar ou reformar o Estatuto;
- V – Aprovar as contas da Associação;
- VI – Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto;
- VII – Autorizar a aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis do patrimônio da ABDF;
- VIII – Apreciar os recursos interpostos contra atos da Diretoria;
- IX – Deliberar sobre a destituição de administradores;
- X – Deliberar sobre a dissolução da ABDF.

Art. 22. A convocação da Assembleia Geral pelo Presidente da ABDF será feita por edital, afixado na Secretaria da Associação, e divulgado por circular, expedida aos associados, e outros meios eletrônicos, como redes sociais e site da ABDF, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias nas reuniões ordinárias e de 10 (dez) dias nas reuniões extraordinárias, com a

indicação do dia, hora, número de associados e o local da reunião, contendo a ordem do dia de forma resumida.

Art. 23. A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados no gozo dos seus direitos estatutários e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número, devendo ser lavrada ata circunstancial.

Art. 24. Será admitido o voto por procuração, limitada ao número de 5 (cinco) por associado.

Art. 25. Será nula e de nenhum efeito, qualquer deliberação sobre assunto que não conste no edital de convocação.

Art. 26. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – Ordinariamente:

a) no decorrer do primeiro semestre de cada ano, para conhecer o Relatório da Diretoria sobre as atividades do exercício anterior, e para discussão e aprovação do Balanço anual e peças que o acompanham, com o parecer do Conselho Fiscal;

b) a cada 3 (três) anos, para apreciar e julgar o Relatório das contas da Diretoria referentes ao período de sua gestão, com o parecer do Conselho Fiscal, e eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o período seguinte;

II – Extraordinariamente:

a) por convocação do Presidente da ABDF, da maioria dos membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

b) mediante requerimento devidamente justificado de, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto, no gozo dos seus direitos sociais;

c) para deliberar sobre a dissolução da ABDF, nos casos e na forma prevista no art. 61 e 62;

d) para deliberar sobre a alienação, venda ou aquisição de bens imóveis;

e) para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria;

f) para alterar este Estatuto.

III – Solenemente:

- a) para dar posse à Diretoria e ao Conselho Fiscal;
- b) em qualquer ocasião do ano, para comemoração de efemérides e homenagear personalidades ilustres, nacionais e estrangeiras, por convocação prévia da Diretoria.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se refere a alíneas “e” do Inciso II deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será de 2/3 dos associados efetivos.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 27. Os trabalhos da Assembleia Geral serão abertos pelo Presidente da Associação, ou seu substituto legal, que convocará um associado para presidir a reunião.

§1º. Para compor a mesa, o Presidente da Assembleia convidará um associado para secretariar os trabalhos.

§2º. A designação do secretário poderá ser feita por aclamação.

§3º. O Presidente da Assembleia terá direito ao “voto de minerva” em caso de empate, e se a votação for por escrutínio secreto, em caso de empate, o Presidente votará a descoberto.

§4º. A Assembleia Geral poderá ser realizada de forma virtual.

Art. 28. Abertos os trabalhos da Assembleia, será lavrado pelo Secretário da mesa, termo de encerramento de assinatura no livro de Presença.

Art. 29. No caso de suspensão da sessão para posterior prosseguimento, a reunião da Assembleia será adiada devendo o Plenário convocar outra para quando julgar conveniente.



001022516

Art. 30. Em casos especiais, a Assembleia poderá deliberar sobre sua convocação em caráter permanente, até se chegar a uma decisão final.

Art. 31. Dos trabalhos da Assembleia será lavrada ata assinada pelo Secretário e demais componentes da mesa e, facultativamente, pelos associados presentes.

CAPÍTULO III DA DIRETORIA E SUAS REUNIÕES

SEÇÃO I DA DIRETORIA

Art. 32. A Diretoria da ABDF é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Diretor Financeiro, Diretor de Cursos e Eventos e Diretor de Divulgação e Marketing.

Parágrafo único. Os cargos eletivos da ABDF não serão remunerados.

Art. 33. À Diretoria da ABDF compete:

- I – Supervisionar as atividades da ABDF e administrar seu patrimônio;
- II – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- III – Acatar as deliberações da Assembleia Geral;
- IV – Aplicar as penalidades cabíveis aos associados que descumprirem o Estatuto da ABDF;
- V – Fixar e regulamentar as anuidades a serem pagas pelos associados;
- VI – Admitir e demitir empregados e fixar-lhes os vencimentos;
- VII – Fornecer ao Conselho Fiscal as informações por ele solicitadas;
- VIII – Elaborar o orçamento anual, planos e programas de trabalho da ABDF;
- IX – Apresentar os relatórios das suas atividades anualmente à Assembleia Geral Ordinária e, semestralmente, ao Conselho Fiscal;
- X – Decidir sobre os casos omissos do Estatuto.

SEÇÃO II

DAS REUNIÕES DA DIRETORIA

Art. 34. A Diretoria reunir-se-á, bimestralmente, em lugar, hora e local previamente anunciado, ou, extraordinariamente, sempre que os interesses da Associação o exijam, a juízo do Presidente ou de qualquer Membro da Diretoria.

§1º. A convocação será feita pelo Presidente;

§2º. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas de forma virtual;

§3º. As resoluções da Diretoria só poderão ser aprovadas com a presença mínima de metade dos seus componentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate;

§4.º Será lavrada ata de todas as reuniões de Diretoria da ABDF.

Art. 35. Perderá o mandato o Membro da Diretoria que, sem motivo justificado por escrito, não comparecer a 3 (três) reuniões sucessivas ou a 4 (quatro) alternadas, devendo sua substituição ser decidida pelo Presidente, ouvidos os demais membros da Diretoria.

Parágrafo único. No caso de vacância de cargos em razão deste artigo, ou de renúncia ao cargo, far-se-á a substituição na seguinte ordem:

I – O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente;

II – O Vice-Presidente será substituído pelo Secretário-Geral;

III – O Secretário-Geral será substituído pelo Diretor de Cursos e Eventos;

IV – O Diretor Financeiro pelo Secretário-Geral;

V – O Diretor de Cursos e Eventos, e o Diretor de Divulgação e Marketing por um associado indicado pela Diretoria.



00.1022516

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 36. Ao Presidente compete:

I – Representar a Associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, para esse efeito, delegar poderes ou outorgar mandatos;

II – Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Diretoria e do Conselho Fiscal;

III – Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;

IV – Convocar e instalar as Assembleias Gerais;

V – Elaborar e assinar o relatório anual, instruído com Balanço Geral da entidade, para encaminhamento à Assembleia Geral, com o Parecer do Conselho Fiscal;

VI – Assinar diplomas, certificados e outros documentos similares;

VII – Assinar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos;

VIII – Assinar, junto com o Diretor Financeiro, autorização para liberação de recursos.

IX – Decidir *ad referendum* questões vigentes que não possam aguardar a reunião da Diretoria.

Art. 37. Ao Vice-Presidente compete:

I – Substituir o presidente em suas faltas e impedimentos, nos casos previstos neste Estatuto;

II – Planejar e supervisionar o programa de captação de recursos;

III – Assinar, na ausência do Presidente, autorização para liberação de recursos, de acordo com o Art. 36 inciso VIII.

Art. 38. Ao Secretário Geral compete:

I – Coordenar e supervisionar as atividades administrativas da ABDF;

II – Secretariar as reuniões da Diretoria, elaborando as respectivas atas;

III – Garantir a qualidade e organização dos arquivos da ABDF e atualização dos bancos de dados e informações de interesse dos associados.

Art. 39. Ao Diretor Financeiro compete:

I – Coordenar a administração financeira e contábil da ABDF;

II – Movimentar com o Presidente as contas bancárias da ABDF, assinando os documentos de natureza financeira, contábil e patrimonial, como autorização de despesas, cheques, contratos, títulos e endossos bancários;

III – Supervisionar a arrecadação das anuidades e demais rendas da ABDF.

Art. 40. Ao Diretor de Cursos e Eventos compete:

I – Ter sob sua responsabilidade a organização e promoção de eventos, cursos, palestras, conferências, simpósios, congressos, seminários e reuniões em geral;

II- Participar do Comitê Editorial da Revista Eletrônica da ABDF.

Art. 41. Ao Diretor de Divulgação e Marketing compete:

I – Promover a divulgação do nome da ABDF junto a órgãos de imprensa, entidades congêneres e a sociedade em geral, bem como propor e executar campanhas de divulgação focadas nas atividades da ABDF;

II– Providenciar a divulgação das deliberações dos órgãos deliberativos da ABDF;

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 42. O Conselho Fiscal é o órgão de controle da ABDF, independente da Diretoria, cabendo-lhe, principalmente, fiscalizar a gestão econômico-financeira e do patrimônio da ABDF.



00 122 516

§1º. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria para um mandato de 3 (três) anos.

§2º. O Conselho Fiscal escolherá, dentre seus membros, na primeira reunião que realizar, o seu presidente.

Art. 43. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente nos meses de abril e dezembro, e extraordinariamente sempre que necessário e convocado por seu presidente para analisar e dirimir dúvidas que porventura surgirem sobre a gestão da diretoria da ABDF.

§1º. Na reunião do mês de abril, o Conselho Fiscal analisará, para aprovação, as contas referentes ao exercício anterior, com base no Balanço anual preparado pelo contador da ABDF e encaminhado ao Conselho Fiscal, pelo Presidente da ABDF.

§2º. Na reunião do mês de dezembro, o Conselho Fiscal analisará a proposta orçamentária da Diretoria para o ano seguinte, verificando se os programas estão de acordo com os recursos da Associação e compatíveis com os objetivos desta e interesse dos usuários;

§3º. O Conselho Fiscal registrará em ata, suas reuniões.

Art. 44. O Conselho Fiscal receberá, do Diretor Financeiro, os balancetes dos meses anteriores, preparados pelo contador da ABDF, para análise em cada uma das reuniões ordinárias;

Art. 45. A prestação de contas da ABDF observará:

I – Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – A publicidade, por meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGS, colocando-se à disposição para exame de qualquer cidadão;

III – A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termos de parceria, conforme previsto em regulamento;

IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 46. O Conselho Fiscal emitirá Parecer sobre a prestação de contas indicando se foram totalmente aprovadas, aprovadas com ressalvas ou reprovadas, justificando com detalhes seu Parecer e estabelecendo prazos para as correções devidas.

Parágrafo único. Os Pareceres serão encaminhados oficialmente, à Presidência da ABDF, que adotará as providências necessárias às correções e divulgação entre os associados.

Art. 47. Ao Conselho Fiscal compete:

I – Aprovar ou reprovar as contas da ABDF;

II – Examinar planos e programas de trabalho da Diretoria bem como o orçamento votado para o exercício;

III – Examinar o relatório das contas e o balanço geral, emitindo parecer conclusivo para a Assembleia Geral;

IV – Decidir sobre questões atinentes ao patrimônio da Associação, *ad referendum* da Assembleia Geral;

V – Convocar eleições para preenchimento dos cargos, no caso de renúncia coletiva da Diretoria;

VI – Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros.



00122516

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 48. Os Grupos de Trabalho da ABDF serão constituídos por meio de portaria da Diretoria, compostos por no mínimo 3 (três) associados em dia com suas obrigações, serão de caráter permanente ou temporário, e terão finalidade específica para estudo e análise de assuntos de interesse das áreas de atuação da ABDF.

Art. 49. O Comitê Editorial da Revista Eletrônica da ABDF será constituído e regulamentado por meio de portaria da Diretoria.

Parágrafo único. O Comitê analisará e emitirá parecer de publicações que venham a ser publicadas pela ABDF, tais como livros, folhetos e outros tipos.

Art. 50. As Comissões Especiais terão caráter temporário e serão instituídas por meio de portaria, compostos por no mínimo 3 (três) associados em dia com suas obrigações, e terão objetivo específico, que ao ser cumprido ensejará o seu encerramento.

TÍTULO IV

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 51. As eleições serão realizadas a cada 3 (três) anos, no mês de novembro, para renovação de todos os cargos eletivos, devendo ser processadas por escrutínio secreto. Para a convocação das eleições será formada a Comissão Eleitoral que será composta de 3 (três) membros indicados pela Diretoria da ABDF, escolhidos entre os associados em dia com suas obrigações e que não estejam concorrendo às eleições

Art. 52. Nas eleições será adotado o sistema de votação por chapas, contendo o nome dos candidatos aos diversos cargos eletivos.



00122516

§1º. As chapas, com a aquiescência expressa dos seus integrantes, deverão ser apresentadas à Secretaria da ABDF, para registro, até 45 (quarenta e cinco) dias antes das eleições;

§2º. A Secretaria, dará conhecimento aos associados do encerramento do prazo para registro das chapas.

Art. 53. Encerrado o registro das chapas, será aberto o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de eventuais impugnações a seus componentes.

§1º. Recebidas, as impugnações serão apreciadas e julgadas pela Comissão Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias;

§2º. Acolhida qualquer impugnação, a Comissão Eleitoral notificará o primeiro integrante da chapa respectiva para promover a substituição do nome impugnado. Desatendida a notificação, a chapa não será admitida para registro e impedidos seus componentes de concorrer à eleição;

§3º. O candidato que figurar em mais de uma Chapa estará automaticamente impugnado;

Art. 54. Findo o prazo das impugnações, a Comissão Eleitoral numerará as chapas aprovadas, por ordem de apresentação, dando-se conhecimento da composição de cada uma aos associados por meio de circular afixada na Secretaria da ABDF e divulgada em Redes Sociais e páginas oficiais da Associação na internet.

Art. 55. Para acompanhar as eleições, serão indicados pela Comissão Eleitoral até quatro associados, que não podem ser candidatos, para constituírem a Junta Receptora e Apuradora dos votos, constituídas por 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes.

§1º. A indicação será feita 10 (dez) dias antes da data das eleições, dando-se imediata e expressa ciência aos componentes da Junta;

§2º. No caso de impedimento, o membro da Junta deverá comunicar o fato até 5 (cinco) dias antes do pleito, assumido o seu lugar um dos Suplentes.



00122516

Art. 55. A Diretoria dará ampla divulgação às eleições até um mês antes do prazo de encerramento do registro das chapas, convocando os associados por edital, com antecedência de 5 (cinco) dias do pleito.

Art. 56. A regulamentação das eleições se dará por meio de Portaria da Diretoria, assinada em conjunto pelo Presidente da ABDF e Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 57. Poderão votar e ser votados os associados em dia com suas obrigações sociais junto à ABDF.

Art. 58. O Presidente e o Vice-Presidente são inelegíveis para os mesmos cargos por mais de dois períodos consecutivos.

Art. 59. Dos fatos ocorridos no pleito será lavrada ata circunstanciada, registrando, inclusive, o resultado da eleição.

Art. 60. Os associados eleitos tomarão posse na primeira quinzena de Janeiro, em sessão solene da Assembleia Geral.

TÍTULO V

DA DISSOLUÇÃO DA ABDF

Art. 61. A dissolução da ABDF poderá ocorrer:

I – Por circunstâncias imprevistas decorrentes de medidas legais ou administrativas irreversíveis;

II – Por absoluta e incontornável impossibilidade legal ou material de preencher seu objetivo social, devidamente comprovada pela Diretoria.

Parágrafo único. A dissolução da ABDF, na hipótese do inciso II, dependerá da aprovação de, no mínimo, 3/5 (três quintos) dos associados no gozo dos seus direitos estatutários, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim.

Art. 62. Em caso de dissolução da ABDF, o remanescente de seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica, sediada no Distrito

ab
df

00122516

Federal, que tenha o mesmo objetivo social, a ser indicada na ocasião, pela Assembleia que a dissolveu.

Parágrafo único. Não existindo no Distrito Federal, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio será transferido para a FEBAB.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63. A ABDF colaborará com as demais entidades da área, existentes no País, nas atividades inerentes ao exercício das profissões ligadas à Ciência da Informação.

Art. 64. O presente estatuto somente poderá ser alterado por Assembleia Geral, proposta pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou por número mínimo de 1/10 (um décimo) dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, convocada especificamente para este fim.

Art. 65. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, ficando revogados os Estatutos anteriores e quaisquer disposições em contrário.

O presente Estatuto foi aprovado em Assembleia realizada em 16 de dezembro de 2021.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Luciana Lima de Oliveira
Presidente
CRB1/1836

Fábio Lima Cordeiro
Advogado
OAB/DF nº 47.322

SHCGN 702/703, Bl. G, Ed. Coencisa, nº 49, sala 4
www.abdf.org.br

Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília
CRS 804 - Bloco A - Loja 7/8 - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70331-515
contato@cartorioabdf.org.br - contato@cartorioabdf.org.br - F: (61) 3174-5900
Jesse Pereira Alves - Oficial Registrador

PESSOA JURÍDICA

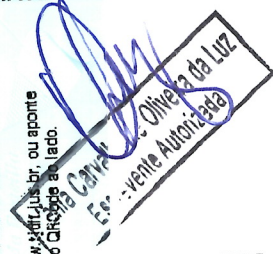
Inscrição no registro nº 00000000139, Livro nº ,
datado em 29/12/2021.



122516

202102201469620WNH

em www.abdf.org.br, ou aponte
para o QR Code ao lado.



RELATÓRIO SIMPLIFICADO DO TRABALHO REALIZADO NA REVISÃO DO ESTATUTO

1. O texto do Estatuto foi adaptado ao art. 10¹ da Lei Complementar 95/18, a fim de articular a redação na forma de texto legal, a saber:
 - 1.1. Foi considerada a divisão da estrutura em Títulos, Capítulos e Seções.
 - 1.2. Os artigos foram considerados a unidade básica de articulação, sendo do primeiro e o nono artigo, numeração ordinal (1º, 2º, 3º, 4º etc), do artigo 10 em diante, numeração cardinal.
 - 1.3. Para as subdivisões dos artigos foram adotados os formatos de parágrafos, incisos e alíneas.
 - 1.4. Na numeração dos parágrafos foram utilizados algarismos arábicos (1, 2, 3, 4, etc.), precedidos pelo símbolo "§", seguindo a regra dos números ordinais e cardinais, como nos artigos.
 - 1.5. Nos casos em o artigo dispunha de apenas um parágrafo ele foi denominado "Parágrafo único".

¹ Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:
 I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;
 II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;
 III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;
 IV - os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;
 V - o agrupamento de artigos poderá constituir Subseções; o de Subseções, a Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro e o de Livros, a Parte;
 VI - os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;
 VII - as Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce;
 VIII - a composição prevista no inciso V poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais ou Transitórias, conforme necessário.

- 1.6. Os parágrafos destacam aspectos importantes de um artigo que não estão diretamente explicitados no caput, ou também podem trazer alguma exceção à aplicação da regra do artigo.
 - 1.7. Os incisos estão simbolizados por algarismos romanos e constam logo após o caput do artigo ou após o texto principal do parágrafo. Eles foram utilizados para descrever as hipóteses em que a regra que está no caput deve ser aplicada.
 - 1.8. As descrições feitas nos incisos foram do tipo exaustiva (contendo todas as hipóteses possíveis) considerando um rol de opções taxativas, sem rol de opções exemplificativas.
 - 1.9. As alíneas, por sua vez, estão simbolizadas por letras minúsculas ("a", "b", "c", "d" etc) e são subdivisões dos incisos. Normalmente cumprem a mesma função dos incisos, detalhando hipóteses de aplicação de uma regra prevista logo anteriormente.
2. Para dar clareza o conteúdo alguns artigos foram modificados, seguindo o princípio de que ao adotar subdivisões, a parte inicial, ou seja, o caput, deve ser apresentado como parte mais importante dando a interpretação das demais subdivisões do artigo.
 3. Foram inseridos novos conteúdos e adaptados outros para atender as exigências estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro de 2002, especificamente dos arts. 53 a 61².

² Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterà:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

4. Foram consultados Estatutos de outras Associações Profissionais para dar suporte e adequação ao texto trabalhado.
5. O quadro abaixo faz um comparativo da estrutura atual e da proposta nesse documento, para facilitar a visualização das mudanças: mais enxuto, melhor dividido e lógico em relação ao desenvolvimento dos assuntos.

Estrutura Atual	Estrutura Proposta
<p>TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO II DA FINALIDADE E OBJETIVOS</p> <p>CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO</p> <p>CAPÍTULO IV DO EXERCÍCIO FINANCEIRO</p> <p>TÍTULO II DOS ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO I DAS CATEGORIAS DE ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES</p> <p>SEÇÃO I DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS</p> <p>SEÇÃO II DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO III DAS PENALIDADES</p> <p>TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO I DOS PODERES</p>	<p>TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO II DO OBJETIVO E FINALIDADE</p> <p>CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS</p> <p>TÍTULO II DOS ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO I DAS CATEGORIAS DE ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS</p> <p>CAPÍTULO III DAS PENALIDADES</p> <p>TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</p> <p>CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS</p> <p>CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL E SEU FUNCIONAMENTO</p> <p>SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL</p> <p>SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL</p>

VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005)

<p>CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL E SEU FUNCIONAMENTO</p> <p> SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL</p> <p> SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO</p> <p>CAPÍTULO III DO PROCESSO ELEITORAL</p> <p> SEÇÃO I DAS ELEIÇÕES</p> <p>CAPÍTULO IV DA DIRETORIA</p> <p> SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO</p> <p> SEÇÃO II DAS REUNIÕES</p> <p> SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA</p> <p> SEÇÃO IV DO PRESIDENTE</p> <p> SEÇÃO V DO VICE-PRESIDENTE</p> <p> SEÇÃO VI DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA</p> <p>TÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL</p> <p>TÍTULO V DA RECEITA</p> <p>TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO DA ABDF</p> <p>TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</p>	<p>CAPÍTULO III DA DIRETORIA E SUAS REUNIÕES</p> <p> SEÇÃO I DA DIRETORIA</p> <p> SEÇÃO II DAS REUNIÕES DA DIRETORIA</p> <p> SEÇÃO III DOS MEMBROS DA DIRETORIA</p> <p>CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL</p> <p>CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS AUXILIARES</p> <p>TÍTULO IV DO PROCESSO ELEITORAL</p> <p>TÍTULO V DA DISSOLUÇÃO DA ABDF</p> <p>TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</p>
--	---

Estatuto ABDF aprovado em assembleia em 16 de dezembro de 2021.pdf

Documento número 5601ebaf-bc96-4741-826b-f752c4c97d40



Assinaturas



Luciana Oliveira
Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64)

AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko)

Chrome/96.0.4664.110 Safari/537.36

Data e hora: 18 Dezembro 2021, 10:55:38

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

Assinatura de Luciana Oliveira



Fabio Lima Cordeiro
Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64)

AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko)

Chrome/96.0.4664.110 Safari/537.36

Data e hora: 20 Dezembro 2021, 09:17:25

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

Assinatura de Fabio Lima Cordeiro



Lorena Nelza
Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; M2003J15SC)

AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko)

Chrome/96.0.4664.104 Mobile Safari/537.36

Data e hora: 21 Dezembro 2021, 09:56:14

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

Assinatura de Lorena Nelza



Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64)

AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko)

Chrome/96.0.4664.110 Safari/537.36

Data e hora: 20 Dezembro 2021, 09:15:32

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

00122516

Assinatura de

Máximo



Adelaide Ramos e Corte

Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; SM-A515F)

AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko)

Chrome/96.0.4664.104 Mobile Safari/537.36

Data e hora: 18 Dezembro 2021, 21:18:55

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

Assinatura de Adelaide Ramos e Corte



Andre Luiz Lopes de Alcântara

Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Macintosh; Intel Mac OS X 10_15_6)

AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/15.1

Mobile/15E148 Safari/604.1

Data e hora: 19 Dezembro 2021, 14:56:15

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

Assinatura de Andre Luiz Lopes de Alcântara



Cintia Costa

Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 15_0_2 like

Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko)

Version/15.0 Mobile/15E148 Safari/604.1

Data e hora: 21 Dezembro 2021, 10:13:36

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

Assinatura de Cintia Costa



Luiz Carlos Flôres de Assumpção

Assinou

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64)

AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko)

Chrome/96.0.4664.110 Safari/537.36

Data e hora: 20 Dezembro 2021, 21:17:22

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]

00122516



Assinatura de Luiz Carlos Flôres de Assu...



Sâmara Castro

Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; SM-G9650)

AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko)

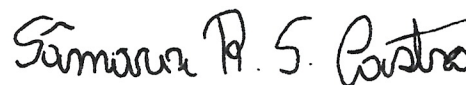
Chrome/96.0.4664.104 Mobile Safari/537.36

Data e hora: 20 Dezembro 2021, 13:42:39

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]



Assinatura de Sâmara Castro



Vivianne Muniz Veras

Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: [REDACTED]

Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 15_2 like

Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko)

Version/15.2 Mobile/15E148 Safari/604.1

Data e hora: 18 Dezembro 2021, 11:22:54

E-mail: [REDACTED]

Telefone: [REDACTED]

Token: [REDACTED]



Assinatura de Vivianne Muniz Veras



Hash do documento original (SHA256):

676e5252ec1141f9c45804693cc4d9b26db47a874aa12f0dc56ea927e1092917

Verificador de Autenticidade:

<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=5601ebaf-bc96-4741-826b-f752c4c97d40>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):

<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 5601ebaf-bc96-4741-826b-f752c4c97d40, de acordo com os Termos de Uso da ZapSign disponível em zapsign.com.br

